

Falta de áreas em Manaus é a questão mais crítica do PIM

Foto:Walter Mendes



O Distrito Industrial de Manaus já está com sua área saturada e precisa de novas áreas para expansão

Até o final de maio, o grupo de trabalho da Suframa promete finalizar o estudo de levantamento de áreas disponíveis para o PIM. A afirmação foi feita pelo superintendente da autarquia, Thomaz Nogueira. Em visita ao *Jornal do Comércio*, o dirigente afirmou que a falta de áreas para a expansão do modelo é a questão mais crítica enfrentada pela diretoria. "Temos dificuldades sim porque a área do Distrito 2 é bastante irregular do ponto de vista topográfico e não é economicamente viável, pelos custos de terraplanagem. Se queremos atrair investimentos precisamos ter onde instalá-los", enfatizou. Ele acrescentou que a RMM (Região Metropolitana de Manaus) ainda não pode ser cogitada como alternativa para áreas planas.

Página A5

RADAR

* Raimundo Lopes Filho

O Ambiente de Registro e Rastreamento da Atuação dos Intervenientes Aduaneiros, mais conhecido pela sigla Radar, foi criado pela Receita Federal do Brasil (RFB) para disciplinar as relações comerciais do país com o mercado exterior. A concepção geral do sistema objetiva disponibilizar, em tempo real, informações de natureza aduaneira, contábil e fiscal que permitam à fiscalização identificar

o comportamento e inferir o perfil de risco dos diversos agentes relacionados ao comércio exterior, tornando-se uma ferramenta fundamental no combate às fraudes.

A Instrução Normativa (IN) da Secretaria da Receita Federal (SRF) nº 650/2006, e o Ato Declaratório Executivo da Coana Nº 03/21006, estabeleceram procedimentos de habilitação de importadores, exportadores e inter-

nadores da Zona Franca de Manaus para operação no Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex) e credenciamento de seus representantes para a prática de atividades relacionadas ao despacho aduaneiro. Na letra IN mencionada, o órgão federal deverá executar os procedimentos relativos à análise do requerimento nos prazos de dez a trinta dias, contados de sua protocolização, sendo que a contagem será interrompida até o atendimento de eventuais exigências por parte da RFB.

Apesar dos esforços da RFB,

atualmente, para que uma empresa possa alterar ou fazer o cadastro não é tarefa fácil. A situação agrava-se, principalmente, quando uma multinacional pretende iniciar suas atividades no País, ocasião em que se depara com a complexidade da burocracia brasileira, que demanda conhecimento técnico para o seu entendimento. Tanta é a complexidade que a própria RFB tem destinado um considerável número de fiscais, exclusivamente, para fazer a análise desses pleitos.

É importante ressaltar, ainda, que as atuais exigências fazem

com que muitas empresas que já poderiam estar atuando no comércio exterior brasileiro desistam de fazê-lo, em razão dos diversos e frequentes indeferimentos de pedidos de habilitação e/ou cadastramento. O limitado contato entre as empresas e a RFB, feito somente via sistema, é outro fator que dificulta a apresentação de justificativas ao órgão

de forma mais adequada.

Para agravar a situação, o acesso do requerente ao fiscal responsável pela análise do processo é dificultado, causando, em muitos casos, o indeferimento do pedido de habilitação, quando um simples esclarecimento através de um contato pessoal das partes poderia levar ao deferimento do pleito.

* é engenheiro e diretor da PROJEC Projetos e Consultoria Ltda., projec@argo.com.br

Desempenho

Indústria de bens de capital fatura mais no país

O crescimento das exportações nos três primeiros meses deste ano fez o faturamento bruto real da indústria de bens de capital apresentar um aumento de 5,1% em comparação à igual período do ano passado,

alcançando R\$ 19,48 bilhões. Em março, o faturamento bruto do setor chegou a R\$ 7,45 bilhões, valor 18,8% superior ao mês anterior e 3,1% maior que março de 2011. Os dados foram divulgados na tarde de ontem pela Abimaq (Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos).

Segundo a Abimaq, no primeiro trimestre de 2012, as exportações de máquinas e equipamentos alcançaram US\$ 2,96 bilhões, o que representou crescimento de 16,1% sobre igual período de 2011.

Dieese/Seade

Desemprego tem alta pelo terceiro mês consecutivo

Desempregados no mês de março somaram 2,423 milhões de pessoas

A PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego), divulgada ontem pela Fundação Seade (Sistema Estadual de Análise de Dados) e pelo Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), mostra alta na taxa de desemprego, que passou de 10,1%, em fevereiro, para 10,8%, em março, em sete regiões metropolitanas do país. Foi o terceiro aumento seguido.

Segundo o estudo, os desempregados no período somaram 2,423 milhões de pessoas. O número representa um acréscimo de 175 mil na comparação com fevereiro e uma redução de 13 mil em relação a março de 2011. O nível de ocupação caiu 0,5%, com o corte de 92 mil vagas. Paralelamente, 84 mil pessoas entraram no mercado de trabalho.

Em todas as regiões metropolitanas pesquisadas, houve ele-

vação na taxa de desemprego, na comparação com fevereiro. O maior aumento ocorreu em Fortaleza, onde o índice passou de 8,5% para 9,3% da PEA.

No conjunto das regiões, a indústria fechou 53 mil postos, uma queda de 1,8%. A categoria "outros setores", que inclui emprego doméstico, registrou uma redução de 47 mil empregos (queda de 3%). Na construção civil, houve eliminação de 35 mil vagas (redução de 2,5%).

O comércio foi responsável pela abertura de 20 mil postos, um aumento de 0,6%. No setor de serviços, foram criados 23 mil empregos, uma alta de 0,2%.

O levantamento da PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego) da Seade e Dieese é realizado nas regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador, Recife, Fortaleza e no Distrito Federal.

Foto: Divulgação



O número representa um acréscimo de 175 mil ante fevereiro



Decisão

Aprovada unificação do ICMS

O Plenário aprovou, na terça-feira (24), o substitutivo da CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) ao Projeto de Resolução do Senado 72, de 2010. O substitutivo unifica em 4% as alíquotas interestaduais do ICMS incidentes sobre produtos importados, a partir de 1º de janeiro de 2013. A matéria vai à promulgação.

A intenção da proposta, que tem o apoio do governo federal, é acabar com a chamada “guerra dos portos”, ou alíquotas diferentes para os produtos importados que, na prática, funcionam como subsídios. O texto, portanto, tem objetivo de diminuir as vantagens competi-

tivas dos produtos importados sobre os nacionais.

Atualmente, a tributação do ICMS, em linhas gerais, funciona desta forma: o produto importado é tributado em 18% de ICMS, sendo 12% no estado brasileiro onde foi desembarcado –chamado então de “estado de origem”– e 6% no estado onde será vendido ao consumidor (“Estado de destino”).

A discussão da proposta em Plenário foi marcada por críticas dos senadores de oposição e pelo protesto dos senadores representantes do Espírito Santo, de Goiás e de Santa Catarina, os estados mais prejudicados pela medida.

O senador Eduardo Braga afirmou que a emenda ao turno suplementar tinha voto favorável do relator porque o Senado Federal não poderia ir de encontro a políticas já estabelecidas, como a que define o processo produtivo básico. Na votação da matéria, a senadora Vanessa Grazziotin afirmou que, como a intenção da Resolução é preservar a indústria nacional, fica justificada a isenção para produtos sem similar nacional, assim como para mercadorias protegidas pelos processos produtivos básicos e outras legislações, como a Lei de Informática.

(Leia mais na pág. A6)

PIM

Suframa busca alternativa para ingresso de indústrias

Autarquia quer concluir até maio estudo para definição de nova área para o Distrito Industrial

Juliana Geraldo

A Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus) pretende concluir, até o fim de maio, o estudo de levantamento de áreas utilizáveis para novos investimentos no PIM. A afirmação foi feita pelo superintendente da autarquia, Thomaz Nogueira.

Em visita ao Jornal do Comércio, o dirigente reforçou que a falta de áreas para a expansão do modelo é questão mais crítica enfrentada pela superintendência hoje.

"Temos dificuldades grandes porque a área do Distrito 2 é bastante irregular do ponto de vista topográfico e não é economicamente viável, pelos custos de terraplanagem. Se queremos atrair investimentos precisamos ter onde instalá-los", enfatizou.

Consultores econômicos do polo industrial apontam para dificuldades tanto na instalação quanto na expansão das fábricas. A expectativa é de que o levantamento de áreas atraia novos investimentos, expansão de fábricas e a introdução de novos produtos.

"Estou com dois novos clientes que precisam de 30 mil m2 cada e estão na dependência da liberação das áreas", diz o consultor da Profinco, Hélio Pereira da Silva.

Já o consultor empresarial e presidente do Corecon-AM (Conselho Regional de Economia do Amazonas), Ailson Rezende, conta que um de seus clientes quer expandir mas o proprietário do galpão alugado não permite modificações no prédio.

Esses são apenas alguns dos 115 pedidos de área por parte da indústria que estão na "lista de espera" da Suframa. O economista lembra que outros 135 pleitos relacionados a prestadores de serviço ligados ao segmento

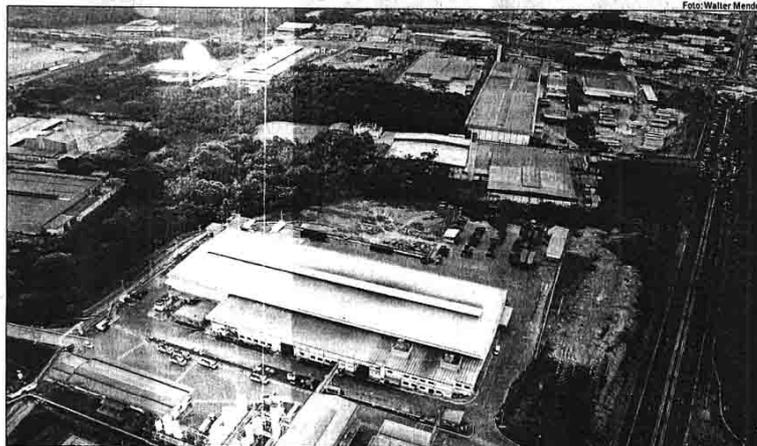


Foto: Walter Mendes

Dados recolhidos serão levados para o governo do Estado e para a prefeitura municipal em busca de alternativas de espaço para a instalação de projetos

industrial também aguardam uma solução.

"Ao todo são cerca de 250 pleitos. Por isso, não só os empresários, mas a Suframa também tem pressa. Estamos no limite", avaliou.

Preços praticados

"O preço do aluguel, por sua vez, gira em torno de R\$ 22 o m2, mas pode variar para preços bem mais altos", alerta Hélio Pereira.

Enquanto isso, Ailson Rezende ressalta que o metro quadrado a R\$ 1 na compra do terreno é praticado apenas na área incentivada da Suframa. "Fora desse perímetro, os preços são de mercado e variam entre R\$ 20 e R\$ 50 o m2", destaca.

Ele diz que o Plano diretor da cidade dificulta ainda mais a situação dos empresários, uma vez que impede a construção de indústrias em qualquer área da cidade. "Por isso, muitos empresários fazem a prospecção, mas não se fixam no nosso polo", lamentou.

Outro agravante, conforme

lembra Hélio Pereira, é a especulação imobiliária no Distrito "que possibilitou o surgimento de empreendimentos residenciais dentro da área onde só deveria haver indústria, gerando esse déficit de áreas apropriadas que enfrentamos hoje", criticou.

Alternativas

Após a conclusão do levantamento de áreas e de empresários interessados, os dados recolhidos e os gargalos anotados serão levados para o governo do Estado e para a prefeitura municipal em busca de alternativas.

Thomaz Nogueira disse não

poder revelar as alternativas cogitadas, mas revelou que a RMM (Região Metropolitana de Manaus) ainda não pode ser cotada como solução para áreas planas.

"A RMM pode vir a ser uma alternativa, mas precisa fazer sentido econômico. Agora ela não é real, não temos condições básicas de infraestrutura nesses locais e a demanda de área por um número maior de indústrias é urgente", constatou.

Ele disse ainda que outros aspectos como alterações na cobrança do ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços) de áreas não incentivadas, como o município de Iranduba precisam ser disciplinados. "O polo cerâmico de Iranduba, por exemplo, passa pra dentro da Zona Franca assim que a RMM for instituída. E perde a isenção de impostos que possui hoje. É claro que o governo do Estado vai ter que resolver isso, mas existe um impacto, por isso ainda é cedo para considerarmos essas cidades como um caminho", encerrou.

"A falta do terreno promove o retardo de investimentos ou a mudança para outros locais"

Ailson Rezende - presidente do Corecon -AM

"Estamos ansiosos. Acreditamos no prazo pela urgência do problema e porque há uma integração da Suframa com os consultores que nos dá tranquilidade"

Hélio Pereira, consultor econômico

Contingenciados

Governo vai manter bloqueio em recursos

O cumprimento antecipado da meta de superávit primário – economia de recursos para pagar os juros da dívida pública – para os quatro primeiros meses do ano não fará a equipe econômica afrouxar o contingenciamento (bloqueio) de R\$ 55 bilhões do Orçamento, disse ontem o secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin. De janeiro a março, o Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência e Banco Central) economizou R\$ 33,8 bilhões, montante cerca de 20% superior à meta de R\$ 27,6 bilhões estabelecida para janeiro a abril.

“O governo não avalia alterar do contingenciamento. Quando anunciamos o corte, dissemos que o bloqueio vai ser definitivo e ser mantido até o fim do ano”, declarou. Augustin reiterou que o contingenciamento é essencial para executar integralmente a meta de superávit primário de R\$ 96,7 bilhões estipulada para 2012. Até março, 34% da meta do Governo Central para todo o ano foi cumprida.

Augustin também declarou que as desonerações para a indústria anunciadas no início do mês não ameaçarão o cumprimento da meta de esforço fiscal. Para ele, o crescimento da atividade econômica proporcionado pelas medidas compensará as reduções de impostos, que terão impacto estimado de R\$ 3,1 bilhões em 2012.

“Uma política bem feita de desoneração se reflete no aumento da arrecadação de outros tributos federais por causa do aumento da atividade econômica”, disse o secretário. Segundo ele, os efeitos do pacote de estímulo à indústria serão sentidos com maior intensidade a partir do segundo semestre.



Secretário Arno Augustin disse que o governo não vai afrouxar

Follow-Up



EMPRESARIAL

Encontro com Notáveis: abril de 2012

A 129ª edição do programa "Encontro com Notáveis" ocorrerá hoje no Studio 5, às 18h30. Realizado mensalmente pelo Cieam, através do Cetrin (Centro de Treinamento da Indústria), sob a coordenação da psicóloga Ana da Luz Monteiro, o programa visa contribuir para o enriquecimento do capital humano – o mais valioso fator de produção na Era do Conhecimento – da ZFM. Ao longo de 12 anos, o programa "Encontro com Notáveis" já foi assistido por uma audiência acumulada superior a 75 mil pessoas, o que revela o seu grau de sucesso na comunidade manauara.

O notável Dill Casella, palestrante de hoje, abordará o tema: "Fazer acontecer! Desafiando a construção do nosso futuro". Existem cada vez mais exemplos de grandes empresas que auferem milhões em lucros ao adotar modelos inovadores de gestão. Ambientes de trabalho agradáveis e estimulantes não são uma tendência, mas uma necessidade. Ambientes diferenciados em geral proporcionam prazer

a quem trabalha, e pessoas que trabalham com satisfação produzem mais, têm mais dedicação e maior comprometimento. A palestra de hoje tem o seguinte conteúdo:

- Fazer acontecer na vida pessoal e profissional.

- Reinvenção? Renovação do que já se faz? O quê? Para que propósito?

Dill Casella é especialista em análise do ambiente corporativo

- Como fazer acontecer? Vontade, meios, dar vida, energia, sentimento, visão, dedicação até o fim.

- 'Perai'... Como as coisas funcionam?

- Ciência, leis universais. 'O jogo!' O sistema, Se o mar está sem onda, prepare-se: a próxima pode jogar você para fora! Invista e prepare-se!

- Qual realidade que estamos criando?

- Crie novas oportunidades. Qual o nosso legado recebido e qual o legado a deixar?

- Ética para o trabalho e para a vida.

- Eu faço a diferença na minha organização.

- A importância de servir para minha organização. O que não pode falhar na 'corrente' de realizações. O amor no trabalho. O poder do agradecimento.

- Falando sobre integridade.

- Autoanálise sobre o que é ser íntegro. O que é caráter? Que tal fazermos um pacto?

- Como construir harmonia e confiança? (PNL)

- Quais 'âncoras' desperto nas minhas relações interpessoais? (PNL)

- Proatividade: o que é isso?

- Criatividade x Inovação.

- Qual diferença? Exemplos de inovação no dia a dia.

- Sensores ligados.

- Tirando proveito de tudo o que está ao redor.

- "Levanta, sacode a poeira e dá a volta por cima".

- Você em 20 anos.

- Os resultados vêm com as

mudanças. Regras de ouro para estabelecer suas mudanças.

Dill Casella é especialista em análise do ambiente corporativo, liderança e relações humanas, e possui mais de 15 anos de atuação em vendas e desenvolvimento de mercado. É formado em engenharia civil, pós-graduado em Marketing, especializado em Desenvolvimento Gerencial pela Fundação Dom Cabral e Practitioner em Programação Neurolinguística (PNL), tendo atuado como executivo em corporações como: Fast Engenharia, Lafarge Products, Cimento Mauá e Grupo Camargo Corrêa. É conferencista, além de lecionar em cursos de pós-graduação em Gestão de Pessoas.

Os apoiadores-parceiros do programa são: Dumont, Salcomp, Technos, 3M, Jabril, Technicolor, Cookson Electronics, Continental,

Masa-Flextronics, Electrolux, Tutiplast, Fujifilm, Microservice, Nokia, P&G, Yamaha, Whirlpool, Honda, Showa do Brasil, Digiboard, Imprim, Coca-Cola, Minds, Coimpa, BIC, Dental Plan, Johnson, Siemens, GK&B, Scórpis, Seculus, Nassau, Qualitech, Videolar, Copag, Bemol, Focus, Fieam, Senai, CDL, Fucapi, Sebrae, Samel, Unimed, Voith, Aliança Navegação, Adukargo, Magistra, Restaurante Fiorentina, Real Bebidas e Comfort Hotel.

Se sua empresa desejar apoiar o programa "Encontro com Notáveis", uma das formas de fazê-lo é adquirindo ingressos para que seus colaboradores participem das palestras. O valor do investimento é de R\$ 60 por ingresso e as inscrições podem ser feitas através dos tels. 3584-4107 e 3584-4113, ou do e-mail: cetrin@cieam.com.br.

Esta coluna é publicada às quartas, quintas e sextas-feiras e é elaborada sob a coordenação do economista Ronaldo Bomfim. cieam@cieam.com.br e rbomfim@hotmail.com

Tributação

Unificação de alíquotas do ICMS favorece ZFM

Sindifisco e Suframa comemoraram alterações na matéria aprovada pelo Plenário do Senado, que resguardaram os incentivos fiscais do PIM

O substitutivo da CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) ao Projeto de Resolução 72 aprovado na última terça-feira no Plenário do Senado foi benéfico para as indústrias instaladas no PIM (Polo Industrial de Manaus). A análise é tanto do superintendente da Suframa, Thomaz Nogueira, como do presidente do Sindifisco (Sindicato dos Funcionários Fiscais do Estado do Amazonas), Joaquim Corado. A exclusão da cobrança única dos produtos da ZFM (Zona Franca de Manaus) e outros ligados ao mercado de informática, inclusive semicondutores foi o que motivou a comemoração dos dirigentes amazonenses.

“A nova tributação do ICMS do importado é positiva porque o produto importado tinha

uma carga tributária menor e o nacional estava tendo dificuldade de competir”, explicou o superintendente da Suframa. Ele explica que, no caso do ar condicionado, um dos maiores problemas do PIM, o importador tinha mais de 50% do mercado nacional. “Agora, o próprio importador, pela simples percepção que esta decisão já estava a caminho, já procurou Manaus para se instalar”. Segundo o superintendente, o importador já percebeu que não vai conseguir manter a vantagem que tinha antes da resolução e está vindo para Manaus fabricar, criar empregos no país e diminuir o impacto na balança comercial. “Não significa que todo importador vai virar uma indústria, não chega a ser uma tendência, mas existe essa perspectiva positiva. E nós – Amazo-

nas- somos uma boa opção pra eles”, disse Nogueira.

O projeto aprovado estabelece uma alíquota única de 4% do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) para produtos importados, ou que usem mais de 40% e matéria-prima importada durante o processo de industrialização. Pela legislação, também estarão fora das novas regras as operações que destinam gás natural importado a outros Estados. “Vale lembrar que desde o começo a posição do Sindifisco estava correta. Existiam alguns pontos no texto que eram prejudiciais ao PIM (Polo Industrial de Manaus) e ZFM, mas que foram corrigidos na votação de terça-feira”.

O texto substitutivo aprovado pela CAE foi aprovado em Plenário por 58 votos a favor e 10

contrários, e tem como objetivo diminuir as vantagens competitivas dos produtos importados sobre os nacionais. “Essas mudanças resguardaram o PIM, tranquilizando a sociedade. Caso não fosse feita a alteração, não era só o polo que seria prejudicado, e sim outros setores indiretos que dependem do bom desempenho do setor para gerar emprego e renda para o Estado, como o setor gráfico, de embalagens e transporte”, disse Corado.

A matéria será promulgada no DOU (Diário Oficial da União), e deve começar a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2013. “Ganha a Zona Franca e ganha o produto que vai ser mais competitivo, nos permitindo aumentar a produção”, acrescentou o superintendente Thomaz Nogueira.

Problemas de logística

"Entrepósitos podem aliviar", diz Thomaz

Avaliação do setor é do superintendente da Suframa durante o lançamento da 1ª Transpo Amazônia

Por **Olívia de Almeida**

Rodovias esburacadas, lentidão no processo de liberação de mercadorias, falta de infraestrutura e de portos e demora da BR-163 são alguns dos principais problemas que atingem as empresas de transporte do Estado. Segundo o presidente da Fetramaz (Federação das Empresas de Logística, Transporte e Agenciamento de Cargas da Amazônia), Irani Bertolini, é por este motivo que a entidade realizará, em junho, a 1ª Transpo Amazônia (Feira e Congresso Internacional de Transporte e Logística), que terá como objetivo cobrar e propor soluções para os problemas que prejudicam o crescimento do setor em toda a região.

Na tarde de ontem, Bertolini fez o lançamento do evento, que pretende reunir também as principais empresas, organizações, líderes, marcas e segmentos de transporte de passageiros e cargas do Brasil e outros 18 países do continente. "Acreditamos que chegou o momento do transporte de cargas na Amazônia ascender a um novo patamar em todas as áreas, do fluvial, ao terrestre e aéreo. É preciso repensar a atual gestão para que não deixemos passar as diversas oportunidades de desenvolvimento econômico e social de nossa região", avalia o diretor-presidente da Transportes Bertolini e presidente da Fetramaz.

Para o secretário da Sefaz (Secretaria da Fazenda da Ama-

zonas), Ispier Abraham, muitas soluções estão sendo inseridas para a melhoria da logística, entre eles, a implantação de entrepostos. "Recentemente em Resende (RJ), Uberlândia (MG) foram inaugurados e em breve estaremos trabalhando com Recife (PE), dessa forma o varejista ficará com a carga disponível em questão de horas e não mais em dias como era antes", explicou.

Porém, ele destaca que é necessário realmente discutir outras formas que otimizem a logística. "Estamos analisando questões como a melhoria da BR-319 e melhor utilização da cabotagem", revela o secretário.

De acordo com o superintendente da Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus), Thomaz Nogueira, o problema de logística é o principal problema hoje no PIM. "Fazer com que os nossos produtos cheguem aos mais diversos mercados tem sido uma tarefa bastante difícil, porque a nossa realidade é bastante distinta do resto do país", frisou. Ele também conta que as soluções logísticas que a superintendência tem adotado já têm mostrado resultados, como a do transporte de motocicletas, que só existe no Amazonas. "Então como levar motos para a cidade de Manaus para os centros consumidores, utilizando parte do modal rodoviário e a outra fluvial", informou Nogueira, que afirma que "embora já tenhamos conquistado muita coisa, através do que foi discutido no evento, em junho,



Para o presidente da Fetramaz, Irani Bertolini, momento é de repensar as formas de transporte de cargas

virá para somar".

Já para o presidente da CDL-Manaus (Câmara de Dirigentes Lojistas de Manaus), Ralph Assayag, aponta que com a melhoria da logística não é apenas os empresários que sairão ganhando, como o consumidor final, por conta do barateamento do custo de trazer a mercadoria para o Estado. "A logística daqui devia ser no máximo 5% do valor da carga e acaba sendo 20%, isso encarece demais o valor da nossa carga", disse o repre-

sentante dos lojistas, que disse acreditar que a Transpo Amazônia pode trazer tecnologias que proporcionarão maior concorrência entre os empresários. Ele afirma que, "inclusive, com o evento é capaz dos empresários de outras localidades aprenderem conosco". "Quando falamos para todo o país sobre a dificuldade que enfrentamos aqui ninguém acredita, muitas vezes temos que trazer as pessoas para presenciarem", acrescenta Assayag.

Programação

Às 14h do dia 26 de junho, a secretaria do evento inicia, no próprio Studio 5, o credenciamento dos participantes, convidados e imprensa que participarão da mostra, que oficialmente abre suas portas às 19h, com a solenidade oficial seguida pela palestra "As vantagens e os desafios da utilização do transporte intermodal na região amazônica", a ser proferida pelo professor Paulo Fernando Fleury, presidente do Instituto de Logística e Supply Chain e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Em seguida, acontecem shows regionais e coquetel. No segundo dia (27), Irani Bertolini fala sobre a "A evolução do transporte de cargas na Amazônia" às 14h. Na sequência tem início o Fórum Nacional de Estudos de Transportes e Tarifas, com a participação de Jacinto Júnior (vice presidente da Transportadora Ramos e coordenador das Câmaras Técnicas da NTC & Logística), Lauro Valdívia (assessor técnico da NTC & Logística), José Luiz Pereira (assessor técnico e econômico da NTC Logística), Augusto Rocha (doutor em administração com especialização em logística, empresário e diretor da Cieam/Feiam, Jorge Campos (doutor em administração com especialização em engenharia da produção com ênfase em logística, dire-

tor de formação profissional do CRA-AM e Carlos Mensatto Benite (pós-graduado em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas e especialização em Transportes pelo Instituto de Engenharia Mauá e coordenador da Cetam/NTC & Logística - Câmara Técnica das Empresas de Transporte da Amazônia).

No encerramento da 1ª Transpo Amazônia (28), acontece a palestra "Vendas no Século 21: mudar ou morrer", ministrada pelo doutor e consultor em Comunicação, Dado Schneider às 15h. Após o coffee break, às 16h30 o colunista das revistas Você S/A e Vida Simples (Editora Abril), do Portal Uol e comentarista da Rádio Eldorado, Eugênio Mussak, fala sobre "Pensamento Estratégico" e suas experiências como presidente da Consultoria Sapiens Sapiens Desenvolvimento Integral.

Serviço

O quê?

1ª Transpo Amazônia

Onde?

Studio 5, localizado na avenida Rodrigo Otávio, 555 - Distrito Industrial
<http://www.fetramaz.com.br/hotsite/>

Quando?

26 a 28 de junho

Manaus, quinta-feira, 26 de abril de 2012.

Empresários não se manifestam

Eles têm até amanhã para dizer se aderirão ou não à Lei 3.795/2012 do ICMS para televisores

A dois dias do fim do prazo para as fabricantes de televisores interessadas em aderir à Lei 3.795/2012, que altera a cobrança de Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), nenhuma o tinha feito até ontem, segundo informa-

ções da Secretaria de Estado de Planejamento (Seplan). O decreto limita o incentivo fiscal dado aos fabricantes de bem final e às componentistas de cristais líquidos (LCD) e de televisores.

Em 2011, o Estado renunciou a R\$ 83 milhões com o in-

centivo. O projeto elaborado pelo Governo suspende a totalidade da restituição do ICMS para as fabricantes e oferece a elas incentivo de 50% para as primeiras 600 mil unidades anuais e de 45% para a produção acima de 600 mil dispositivos LCD.

O presidente do Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam), Wilson Périco, não soube informar o motivo das empresas não terem ainda aderido. "Como têm prazo, as empresas não têm pressa".

Périco chama atenção que a



Wilson Périco: medida preocupa

redução no incentivo do ICMS para quem produz TV de LCD ou compra em Manaus das componentistas do segmento retira parte da vantagem que tinha comparado à importação. "A indústria continuará fabricando aqui se tiver o mesmo preço. Se for mais caro, pode voltar a importar. Em geral, como o importado é mais barato, acho que as empresas voltarão a importar o insumo", disse.

Em 2011, foram produzidas 10,8 milhões de TVs LCD na ZFM, 35,5% a mais do que em 2010.

Manaus, quinta-feira, 26 de abril de 2012.

Logística: empresários brasileiros em alerta

A disposição de empresas internacionais em explorar o setor de logística de transporte na Amazônia está mexendo com os empresários nacionais desse ramo que aqui já atuam. A movimentação deles é no sentido de barrar a concorrência de alemães e belgas, por isso realizarão em junho, em Manaus, a 1ª Feira Internacional de Transporte e Logística, com o apoio do Governo do Estado.

Ontem, durante coletiva de imprensa no Studio 5 para anúncio do evento, essa preocupação ficou manifestada. O presidente da Federação das Empresas de Logística, Transporte e Agenciamento de Cargas da Amazônia (Fetramaz), Irani Bertolini, afirmou que é real a intenção de empresários estrangeiros de investir no mercado logístico da Região.

"Precisamos agir com rapidez,

precisamos exigir o auxílio do Governo Federal", disse, acrescentando que em junho, representantes do Ministério do Transporte e do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (Dnit) estarão em Manaus e serão questionados quanto à realidade do setor na Amazônia.

Na avaliação de Bertolini, o caminho é investir, inicialmente, nas rodovias. Ele citou as rodo-



Irani Bertolini, presidente da Fetramaz

vias BR-163 e BR-319 e disse ainda, que a falta de segurança é um dos principais gargalos do setor. "Cerca de 15% do que se investe no transporte rodoviário, por exemplo, é direcionado a segurança eletrônica móvel", afirmou.

Bertolini disse que aposta numa nova modalidade logística para a Amazônia: a utilização de dirigíveis. Este ano, a empresa dele construirá um hangar em São Carlos (SP) e no próximo ano um dirigível, com capacidade para duas toneladas, cruzará os céus do País transportando mercadorias.

EXPECTATIVA

O superintendente da Suframa, Thomaz Nogueira, apontou que o

principal entrave é a infraestrutura aeroportuária e, para isso, a instituição tem elaborado estudos. "Temos ainda um novo porto na área da antiga Siderama. Acredito que até outubro estaremos licitando a obra".

Para o secretário de Estado da Fazenda, Isper Abraham, a situação da logística no Estado, hoje, é razoável. "O transporte de Manaus para o Sul do País era feito em até 17 dias. Hoje, se leva no máximo 14. E, com os entrepostos da Zona Franca de Manaus (Resende e Uberlândia) a distância tem diminuído ainda mais". Isper informou que há uma carta de intenção, junto ao governo do Pará, para a implantação mais um entreposto.

Juros de até 0,57% para MPEs

Banco da Amazônia diz que os pratica em linhas de crédito para compras de máquinas, por exemplo

O Banco da Amazônia não quer ficar de fora da onda de redução dos juros e diz que adota para as micro e pequenas empresas da Região Norte crédito a uma taxa de até 0,57 % ao mês, além de condições e limites também com vantagens, o que representa uma oportunidade para quem precisa de crédito para impulsionar negócios e gerar empregos.

Por meio de sua assessoria de imprensa, a instituição informa que, mesmo com esse estímulo do governo à redução dos juros bancários, o Banco da Amazônia já pratica taxas mais vantajosas do mercado.

De acordo com a gerente de Pessoa Jurídica Varejo, Bruna Paraense, o Banco oferece crédito para quem deseja adquirir máquinas, equipamentos, veículos,



Evandro Seixas / 19/jul/2011

No setor de panificação é alta a demanda por crédito para compra de máquinas

entre outros itens; para aquisição de imóveis para localização/relocalização do empreendimento; e capital de giro isolado para aquisição de matéria prima, insumos, bens ou produtos, necessários à formação ou manutenção do estoque da empresa para o desempenho de sua atividade.

“As micro e pequenas empresas que desenvolvem atividades agroindustriais, industriais, comerciais, prestadoras de serviços, turísticas e culturais, poderão usufruir do produto Amazônia Giro MPE que é uma solução para quem deseja capital de giro com a menor taxa do mercado, prazo adequado ao fluxo da empresa, agilidade na concessão do crédito e garantias apenas pessoais”, explicou a gerente.

Evento vai discutir saídas logísticas voltadas ao AM

RICHARD RODRIGUES

Equipe EM TEMPO

No período de 26 a 28 de junho, os problemas logísticos do Amazonas serão discutidos durante a primeira edição da Feira e Congresso Internacional de Transporte e Logística (Transpo Amazônia). Nos três dias do evento, que será realizado em Manaus, empresas do setor buscarão alternativas para sanar ou minimizar os

gargalos que afetam seus trabalhos no Estado.

De acordo com o presidente da Federação das Empresas de Logística, Transporte e Agenciamento de Cargas da Amazônia (Fetramaz) — entidade responsável pelo congresso na capital —, Irani Bertolini, participarão do evento empresas de transporte de cargas e passageiros, além de representantes do segmento em 18 países.

MPF abre novo inquérito para apurar concurso da Suframa

TEXTO Felipe Carvalho

O Ministério Público Federal (MPF) abriu novo inquérito contra a coordenadora-geral de Recursos Humanos da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), Raimunda Iracema de Castro Pacheco, por suspeitas de práticas irregulares na realização de concurso público em 2008. A informação foi publicada no Diário Oficial da União (DOU). Iracema, juntamente com outros dirigentes da Suframa, já responde a um processo por improbidade administrativa na 3ª Vara do Tribunal Federal do Amazonas (TRF-AM).

A investigação foi proposta pelo promotor do 4º Ofício Civil, Ataíde Ribeiro da Costa. Segundo a publicação no DOU, o inquérito foi aberto após apuração preliminar. O MPF determina que a servidora seja informada do início do procedimento e que notifique a Suframa para que o órgão se manifeste acerca dos fatos, "esclarecendo as providências eventualmente adotadas, bem como, encaminhando cópia dos documentos pertinentes".

O processo aberto contra Iracema em março de 2011, segundo a assessoria do MPF, é baseado em indícios de irregularidades na licitação e contratação da Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica (Fucapi) para prestar serviços técnicos especializados em assessoramento nas diversas áreas de atuação da Suframa. O MPF pediu a anulação do contrato e a condenação dos réus por enriquecimento ilícito, dano ao erário e afronta aos princípios da administração pública, por considerar que a licitação foi direcionada para a contratação da Fucapi. Com as acusações, a então superintendente da Suframa, Flávia Grosso, pediu exoneração do cargo para se dedicar à defesa.